

ARMAS OU VIDA!

Eu sou Movimentos italianos por justiça ambiental e social rumo à COP30 em Belém, Brasil

A menos de três meses da próxima Conferência Mundial do Clima, enquanto a humanidade enfrenta a mais grave crise ambiental e social de sua história e o colapso climático ameaça a segurança de todos, o governo Meloni está cancelando o financiamento para a conversão ecológica, negando a crise climática, cortando recursos para limpezas ambientais e seguridade social, reprimindo ativistas ambientais que falam a verdade e protestam, deixando de ouvir as muitas comunidades afetadas pela injustiça ambiental e projetos equivocados, doando fundos públicos para lobbies de combustíveis fósseis e armas, minando o Acordo Verde Europeu e se curvando aos interesses de grandes corporações americanas ao aceitar as políticas de chantagem e tarifas de Trump. Com suas decisões, o governo Meloni demonstra mais interesse em apostar na guerra e no fim do multilateralismo do que em abordar a necessidade de resolver problemas reais para melhorar nossas vidas hoje.

L'Acordo de Paris, assinado em 2015 por 197 países na COP21, estabeleceu um quadro global de ação para enfrentar e gerir as mudanças climáticas. Naquela ocasião, os governos assumiram um compromisso com toda a humanidade: manter o aumento da temperatura abaixo de 1,5°C neste século, indicando este como o limite a não ser ultrapassado para evitar que as mudanças climáticas se tornem catastróficas para a espécie humana. *L'acordo* exigiu que os países signatários assumissem compromissos específicos para atingir a meta: reduzir as emissões; converter as atividades produtivas e a cadeia de fornecimento de energia; descarbonizar a economia até 2030 para superar o modelo extrativista; fornecer apoio financeiro e tecnológico público aos países em desenvolvimento; e apoiar o Fundo Verde para garantir uma conversão justa e equitativa. Todos estão no mesmo barco, mas com responsabilidades e pesos diferentes.

Para a humanidade preocupada do aumento da pobreza, às consequências da crise ecológica e à guerra global fragmentada, tem-se afirmado que o perigo mais grave são as mudanças climáticas, citadas como uma verdadeira ameaça existencial. A prioridade, portanto, era enfrentar o aquecimento global por meio de escolhas políticas eficazes para adaptar nossas vidas e nossas economias, mitigando seus efeitos por meio de investimentos e escolhas consistentes.

Depois de 10 anos, a poucos meses da COP30, as Nações Unidas denunciam que a temperatura da Terra já está subindo 1,7°C e que as metas não foram cumpridas. As emissões atmosféricas até aumentaram, atingindo o número astronômico de 41,6 bilhões de gigatoneladas em 2024 (elas deveriam parar em 35), enquanto a concentração de CO2 subiu para 429,6 partes por milhão (o limite máximo para nossa saúde é de 350 ppm). O consumo de energia está crescendo, assim como as matérias-primas extraídas da Terra. O Overshoot Day, o dia em que esgotamos os recursos que nos são fornecidos gratuitamente por nossos ecossistemas e nossa Casa Comum, está chegando cada vez mais cedo. Em 2015, foi em 13 de agosto, enquanto este ano foi em 24 de julho. E em alguns países, os recursos estão se esgotando ainda mais cedo: a Itália já ficou sem recursos em 6 de maio. No ano passado, foi em 19 de maio. A degradação ecológica do nosso país está ocorrendo em um ritmo sem precedentes, confirmando a falta de políticas voltadas à proteção de nossas terras, nossa biodiversidade e nossa saúde.

Apesar dos compromissos assumidos após a pandemia para repensar nosso modelo de produção e saúde, investindo no Green New Deal para promover a sustentabilidade ambiental e social, o Parlamento Europeu aprovou em março, por ampla maioria, o ReArm Europe. A UE decidiu investir € 800 bilhões em armas ao longo de quatro anos, introduzindo a possibilidade de emitir títulos europeus para financiar investimentos militares e utilizar "coronabonds" não utilizados. **Da curva verde ao abismo negro!** Desde junho, a OTAN exige que os Estados aliados aumentem os gastos com armamento de 2% para 5% do PIB nacional. O governo Meloni, traído as obrigações estabelecidas nos princípios da nossa Constituição, a fim de satisfazer os interesses da guerra e do crescimento econômico, prepara-se para privar a Itália de mais 70

bilhões de euros por ano, durante 10 anos, em gastos com educação, políticas sociais, emprego, saúde, limpeza ambiental e muito mais. Isso em um país que está entre os mais pobres da Europa e ocupa o quinto lugar em termos de degradação ambiental e ecológica acelerada.

No silêncio da política diante da ausência de propostas adequadas e coerentes por parte daqueles que se definem como alternativas às políticas governamentais, somente a participação cidadã nas decisões políticas e a organização de comportamentos coletivos podem mudar as coisas. Em uma democracia ferida e de baixa intensidade como a nossa, é necessária uma ação popular, reunindo comunidades afetadas pela piora das condições ecológicas e sociais, movimentos ambientais e de justiça social, trabalhadores e instituições locais, sempre que possível. Isso alcançará a massa crítica necessária para impactar e levar à atenção pública propostas e alternativas para uma vida melhor. Levantemos nossas vozes juntos e propúnhamos propostas efetivas para forçar o governo italiano a respeitar os acordos internacionais e garantir a segurança social e ambiental no país. Não podemos aceitar que, em vez de usar recursos públicos para defender a vida, eles sejam desperdiçados em armas e guerras, mantendo intacto o próprio sistema que levou à crise. Devemos impedir essa devastação porque o presente e o direito a um futuro para todos estão em jogo.

Em Itália, se quisermos atingir os objectivos indicados para 2030 e 2050 pela ciência e pelas agências da ONU, precisamos **investir € 1 trilhão ao longo de 10 anos na conversão ecológica das atividades industriais e da cadeia de fornecimento de energia. Essa conversão deve ser planejada (pública), inclusiva (com os trabalhadores), justa (os ricos devem pagar por ela por meio de impostos gerais), participativa (comunidades, movimentos e conhecimento local devem estar envolvidos) e descentralizada.** Precisamos de investimento público nessa direção, trabalho de cidadania ecológica, socialização de infraestruturas estratégicas entre países e municípios e atividades de reprodução socioecológica.

Abordar estas questões e mudar as prioridades políticas é possível por meio de iniciativas, mobilizações e propostas que mobilizam a participação, restaurando a voz e a representatividade do compromisso dos cidadãos e dos movimentos por justiça ambiental e social. Por isso, comitês locais, organizações sociais, sindicatos e associações se reunirão em Roma para discutir a questão em conjunto e desenvolver uma proposta compartilhada. Para retornar a **atuar também em nível global** como um grande movimento em direção à COP30 em Belém, Brasil.

É por isso que movimentos na América Latina, África, Ásia e Oceania construíram caminhos concretos liderados por comunidades locais. Na Europa, ainda há muito a ser feito. Na Itália, iniciamos esse processo de baixo para cima, com o objetivo de demonstrar solidariedade e construir alianças com outros movimentos em toda a Europa. Este será o nosso caminho!

Organizações fazem parte do caminho:

Peacelink Taranto; Movimento No Tav; Rete tutela Roma Sud e castelli romani; Tavoli del Porto di Fiumicino; Comitato No Ponte Capo Peloro; Invece del Ponte; Assemblea No Ponte; RiMaflow; Comitato referendum per San Siro Milano; Tribunale Internazionale per i Diritti della Natura; Extinction Rebellion; Gruppo di Antispecismo Politico; Comunità Laudato si' Castelli Romani; Altro Modo Flegreo APS; Rete dei Numeri Pari; Emmaus Italia; Campagna Stop ReArm Europe; Rete A pieno regime, Arci; Oxfam Italia; Unione Inquilini; ACMOS aps; Rete #NoBavaglio; L.E. 0100 #lavoroeducativo; (l'elenco è in aggiornamento)



Para assinar o documento, preencha este formulário:

<https://forms.gle/sq1tkbV6oaNoNq988>

Para informações: learniolavita@gmail.com

+39 3473935956